



CENTROS HISTÓRICOS COMO LÓCUS DE EXPERIMENTAÇÕES URBANÍSTICAS: PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO EM GRANDES CAPITAIS BRASILEIRAS

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Universidade Federal de Pernambuco | natalia.vieira@ufpe.br

Iana Ludermir Bernardino

DAU-PPG.MDU / Universidade Federal de Pernambuco | iana.bernardino@ufpe.br

Resumo geral:

A proposta da presente sessão livre nasce do trabalho acumulado pelas pesquisadoras envolvidas acerca das relações entre os campos do planejamento urbano e da preservação do patrimônio cultural, mais especificamente no cruzamento entre estes, ao lidarmos com as áreas comumente denominadas como os “centros históricos” de nossas cidades, áreas de reconhecido valor patrimonial em algum nível de preservação (municipal, estadual ou federal) que condensam instituições e estabelecimentos, servindo de referência funcional para o conjunto de cidadãos. Nas grandes metrópoles brasileiras, essas áreas compartilham muitas semelhanças, tanto entre os problemas enfrentados quanto nas supostas “soluções”, simplórias e parciais, que vêm sendo apresentadas por muitas gestões municipais. Entre as prioridades que compõem na gestão urbana de todas as cidades aqui iluminadas percebemos, por exemplo, a desburocratização de processos de licenciamentos e as renúncias fiscais, com vistas à atração dos investimentos privados, e a ampla divulgação, de quaisquer processos, nas mídias sociais, em um modelo de empreendedorismo urbano estridente e midiático sem consequências mais estruturantes, seja para a qualidade urbana e de vida dos cidadãos, seja para a preservação do patrimônio construído.

Em junho de 2024, como resultado da articulação das coordenadoras desta sessão livre, o presente grupo de pesquisadoras se reuniu no Recife por ocasião da realização do “Encontro Brasileiro de Urbanismo em Áreas Centrais: Construindo políticas públicas integradas para a Reabilitação de Áreas Centrais”, realizado pela Prefeitura do Recife, no âmbito do Programa Recentro, e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco, em parceria com o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAP, com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e com o PPG em Desenvolvimento Urbano da UFPE. A comissão organizadora, composta por representantes da gestão municipal e da academia, optou pela

estruturação do evento com base em painéis, compartilhados por gestores públicos, que apresentaram projetos em andamento visando a reabilitação de áreas centrais, e por pesquisadores especialistas de modo que fosse possível, sobre cada cidade, estabelecer o contraponto entre as narrativas governamentais sobre as ações em curso e as suas repercussões espaciais.

As prefeituras envolvidas trataram como prioridade a formalização política da criação da Rede Brasileira de Urbanismo em Áreas Centrais, com o propósito anunciado de compartilhar experiências sobre o planejamento das áreas centrais entre as municipalidades. Para os especialistas participantes, e entre as autoras da presente sessão livre, a oportunidade de discussão participativa com os gestores sobre os projetos em andamento foi o cerne do interesse no encontro. Das nove capitais que participaram do evento no Recife, reúnem-se novamente, nesta sessão livre, cinco delas, incluindo regiões nordeste, sudeste e sul, apresentando casos do Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Esta sessão livre reveste-se de importância ainda maior quando observamos a recente publicação da Rede Brasileira de Urbanismo em Áreas Centrais, intitulada “Cartilha de Boas Práticas da Rede Brasileira de Urbanismo em Áreas Centrais” e lançada oficialmente em 27 de novembro de 2024, durante reunião nacional em Brasília. A despeito das discussões e pontos sensíveis levantados durante o evento de junho, a “Cartilha”, destituída de qualquer construção crítica, traz apenas um relato dos programas em desenvolvimento pelas gestões municipais, narrados como “boas práticas”. A complexidade e diversidade de questões abordadas no evento são base para a sistematização de reflexões apresentadas nessa sessão.

O trabalho de **Iana Bernardino**, intitulado “**O patrimônio construído à margem do desenvolvimento imobiliário no Recife**”, identifica como os processos de reconhecimento patrimonial na cidade do Recife se constituíram à margem da dinâmica do setor imobiliário e que, em tempos recentes, quando esse setor passa a atuar na área central, a sua atuação amplia a tensão entre o “novo” e o “antigo”, não prioriza a justiça socioespacial” e tem “repercussões bastante questionáveis sobre a preservação do patrimônio edificado”.

Já em “**Processo urbano da área central do Rio de Janeiro: planos, descompassos e desafios**”, **Andréa Sampaio** traz a lupa para área central da cidade do Rio de Janeiro, observando-a como um verdadeiro laboratório de experiências que, pautadas por grandes projetos de renovação, vem acompanhadas de “fenômenos de gentrificação e de priorização do consumo turístico”. O trabalho se propõe a problematizar a desarticulação das ações propostas para a área, buscando contribuir para uma reflexão sobre a reabilitação urbana com vistas a minimização de desigualdades socioespaciais e salvaguarda do patrimônio cultural em uma perspectiva de sustentabilidade urbana.

Ainda na região sudeste, passamos a cidade de São Paulo com a reflexão de **Flávia Nascimento**, com o trabalho “**Patrimônio urbano no Bixiga: políticas urbanas, movimentos sociais e o lugar da memória na área central de São Paulo**”. A autora utiliza o caso do bairro

do Bixiga para discutir os conflitos entre planejamento urbano e patrimônio cultural na região central de São Paulo, observando “as disputas por memória e as pressões por modernização urbana, e o papel central da sociedade civil organizada em resistir às transformações em meio a limitadas estruturas legais de proteção urbana.”

Chegamos à região sul com o dramático caso de Porto Alegre e a reflexão de **Inês Martina Lersch**, em **“O desafio de preservar e planejar os centros históricos diante das mudanças climáticas: Porto alegre e o desastre hidrológico de maio de 2024”**. Aqui, o recente desastre hidrológico ocorrido no estado do Rio Grande do Sul iluminará a reflexão, somando, aos grandes desafios já identificados no planejamento e preservação de nossos centros históricos, a questão das mudanças climáticas.

Finalmente, em **“O papel dos especialistas entre preservar e planejar os centros históricos: entre interfaces e isolamentos”**, **Natália Vieira-de-Araújo** traz o olhar para o campo de formação especialista tanto em planejamento urbano e quanto no campo da preservação patrimonial alertando, através de exemplos que se relacionam com as cidades anteriormente apresentadas, para os permanentes isolamentos entre tais campos apesar da já antiga ideia de uma “conservação integrada ao planejamento urbano”. Como estamos agindo, enquanto formadores, para facilitação e estímulo a essa desejada articulação?

As preocupações aqui externadas buscam iluminar desafios contemporâneos à preservação de nossos centros históricos, com vistas ao alcance de uma compreensão do patrimônio como construção social, com ênfase em questões que giram em torno de disputas econômicas e de memórias, mudanças climáticas e desastres ambientais, espaço dado à participação social e à formação técnica na interface entre planejamento urbano e preservação patrimonial.

O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO À MARGEM DO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO NO RECIFE

Iana Ludermir Bernardino

DAU-PPG.MDU / Universidade Federal de Pernambuco | iana.bernardino@ufpe.br

A cidade do Recife desfruta de um processo relativamente longo de reconhecimento e valorização institucional dos conjuntos edificados antigos, presentes no centro tradicional e em alguns bairros periféricos. A Legislação local que, até o presente, institui a preservação de sítios históricos enquanto fragmentos, ilhados em um contexto onde são amplas as possibilidades de transformação imobiliária, conta com poligonais derivadas dos Planos de Preservação de Sítios Históricos do Recife (1979) e da Região Metropolitana (1978), publicados respectivamente pela Prefeitura Municipal e pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM). Tais Planos se estruturam durante a ditadura militar, em um ambiente que prescindiu da construção de um consenso social. Prevaleceram as posições dos técnicos na definição dos atributos a serem preservados e não houve grande resistência às novas leis preservacionistas por parte dos representantes das construtoras e

do mercado imobiliário, já que todos os vetores de urbanização conduziam os investimentos imobiliários para intensificação do uso do solo em bairros já valorizados ou para a expansão das manchas urbanas. Durante as últimas décadas do século XX, o centro do Recife não era um território em disputa e o seu patrimônio construído, de reconhecido valor cultural, estava situado à margem do desenvolvimento imobiliário. A partir do século XXI, as estratégias de empreendedorismo urbano selecionaram recortes territoriais no centro do Recife a serem exemplarmente planejados e requalificados, com vultuosos recursos públicos, de modo a atrair a iniciativa privada. Diante de uma conjuntura favorável, composta por um Plano Diretor que, em 2008, atribuiu altos coeficientes de aproveitamento para o centro do Recife, e por políticas nacionais, tal qual o Programa Minha Casa Minha Vida (2009), a produção imobiliária no centro do Recife foi impulsionada, levando-o a assumir um novo papel das dinâmicas de produção do espaço. Atualmente, as políticas públicas para esse território estão pautadas (i) pelas renúncias fiscais e desburocratização, diminuindo as exigências legais para os processos de licenciamento, sobretudo daqueles empreendimentos considerados “modernizadores”; (ii) pela promoção de eventos e peças publicitárias, com ativações efêmeras de territórios que, embora artificialmente constituídos, são instagramáveis e profusamente reproduzidos nas mídias e (iii) pela promoção de estratégias de ativação de um “estoque imobiliário” que hoje apresenta baixa rentabilidade. A apresentação pretende demonstrar que as estratégias de atuação no centro do Recife, além de não priorizarem a justiça socioespacial, tendem a ter repercussões bastante questionáveis sobre a preservação do patrimônio edificado.

PROCESSO URBANO DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO: PLANOS, DESCOMPASSOS E DESAFIOS

Andréa da Rosa Sampaio

EAU/PPGAU Universidade Federal Fluminense | andreasampaio@id.uff.br

A área central da cidade do Rio de Janeiro apresenta-se, historicamente, como um laboratório de planos e projetos urbanísticos e de salvaguarda do patrimônio cultural. A conjugação de centro financeiro com o núcleo histórico da cidade catalisa disputas e desigualdades socioespaciais, que recorrentemente confrontam seu patrimônio urbano, particularmente no atual contexto norteado pela financeirização da produção de uma cidade globalizada. Observa-se o acirramento de contrastes com o sucateamento do patrimônio urbano, e por outro lado, grandes projetos de renovação, que engendram fenômenos de gentrificação e de priorização do consumo turístico. Essa complexa conjuntura instiga a presente reflexão que busca percorrer a trajetória do planejamento urbano e de ações destinadas à preservação urbana e reabilitação da área central carioca, problematizando a fragmentação e desarticulação de escopos e ações, seja ao longo do tempo ou mesmo quando os planos são concomitantes, como no caso dos atuais Porto Maravilha e Reviver Centro. Pode-se identificar descompassos de escalas e interesses em relação ao patrimônio cultural, particularmente na micro escala dos sobrados subutilizados e do casario precariamente

habitado, e na macro escala dos vazios urbanos, incluindo exemplares de patrimônio industrial. São observadas dicotomias de investimentos na requalificação de novos empreendimentos em áreas reurbanizadas e na ausência de conservação e ações de reabilitação nas áreas antigas protegidas, na micro escala dos sobrados, muitos dos quais subutilizados e com potencial de uso habitacional. As visões antagônicas sobre a conjugação do desenvolvimento com a preservação, somadas à vulnerabilidade social e a urgência em dirimir o déficit habitacional, desafiam o consenso sobre ações de reabilitação do casario antigo e sobre o valor patrimonial dos conjuntos urbanos em crítico estado de conservação nas áreas centrais de grandes cidades brasileiras. Como agravante, o esvaziamento e a substituição de moradores abrem espaço para a ameaça de gentrificação. Tais questões demandam urgência em seu enfrentamento, tanto em nível conceitual, como politicamente. A conjuntura atual carioca engendra riscos de novas cisões urbanas e agravamento da desigualdade socioespacial, além de danos ao valor identitário do patrimônio cultural. Suscita-se, portanto, a necessidade de reflexões críticas sobre a conjuntura contemporânea, teoricamente fundamentadas e socialmente comprometidas, ancoradas em estudos sobre o processo histórico da cidade. Considerando o patrimônio cultural como um ativo da cidade contemporânea, busca-se contribuir para a discussão sobre caminhos para reabilitação urbana que minimizem as desigualdades socioespaciais e reativem a urbanidade da área central, alinhando a salvaguarda do patrimônio cultural com a sustentabilidade urbana.

PATRIMÔNIO URBANO NO BIXIGA: POLÍTICAS URBANAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E O LUGAR DA MEMÓRIA NA ÁREA CENTRAL DE SÃO PAULO

Flávia Brito do Nascimento

FAU-Universidade de São Paulo | flaviabn@usp.br

O bairro do Bixiga, localizado na região central de São Paulo, está desde os anos 1970 protegido por legislações municipais. Entendido como espaço de historicidade pela comunidade de imigrantes italianos, foi demandado como lugar de memórias e de construção de identidades. Inicialmente delimitado pelo zoneamento urbano, foi em 1992 tombado pelo município durante a gestão de Luiza Erundina, a partir do entendimento do papel político do patrimônio, ameaçado pela forte pressão imobiliária. No início dos anos 2000, a partir das brechas e contradições do plano diretor, novas e fortes pressões imobiliárias se impuseram, aceleradas, também, pela chegada do metrô no bairro. Um processo de intensa disputa imobiliária foi deflagrado, com aprovações de quatro edifícios novos em meio à poligonal de tombamento. Os movimentos sociais organizados deflagraram processos de disputa pela memória do lugar, fazendo emergir novos valores e sujeitos sociais, seja pelo movimento negro, seja pela preservação das nascentes e áreas de encostas. Estes são os casos do Movimento Saracura Vai Vai, Salve Saracura e da luta pelo Parque do Bixiga, deflagrado pelo Teatro Oficina, que vem se levantando de forma organizada contra políticas urbanas que desconsideram a memória do lugar e os significados para as diferentes e múltiplas

identidades da região central de São Paulo. Os movimentos sociais organizados fizeram emergir a memória negra do bairro, há muito indicada na tradição oral do bairro, mas pouco considerada na história do lugar. Ou ainda, olhando para os valores ambientais e patrimônio natural, que não encontra espaço na política municipal de preservação. O que se assiste desde 2020 até o presente são conflitos urbanos provocados pelo planejamento urbano que se sobrepõe a áreas de preservação, desconsiderando valores locais ou historicidades. O quadro se agrava com as políticas de patrimônio municipal que se distanciaram das questões urbanas, concentradas nos monumentos ou bens isolados de valor excepcional. Esta comunicação pretende discutir os conflitos entre planejamento urbano e patrimônio cultural na região central de São Paulo, olhando para o caso do bairro do Bixiga, que reúne de forma exemplar as disputas por memória e as pressões por modernização urbana, e o papel central da sociedade civil organizada em resistir às transformações em meio a limitadas estruturas legais de proteção urbana. Discutiremos o restrito lugar do patrimônio urbano na estrutura municipal em São Paulo, as limitações da legislação vigente no que se refere à consideração de novas identidades e valores, e, finalmente, o lugar que os saberes jurídicos vêm ocupando na gestão do patrimônio.

O DESAFIO DE PRESERVAR E PLANEJAR OS CENTROS HISTÓRICOS DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: PORTO ALEGRE E O DESASTRE HIDROLÓGICO DE MAIO DE 2024

Inês Martina Lersch

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | martina.lersch@ufrgs.br

Diante do desastre hidrológico ocorrido em maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul e, particularmente, na capital Porto Alegre, o debate sobre a preservação dos centros históricos não pode mais se esquivar da reflexão necessária sobre teorias, políticas e ações de planejamento vinculados ao enfrentamento das mudanças climáticas. Mostra-se evidente a urgência de pensar a ocupação de áreas urbanas de outros modos e, para tanto, se faz necessária a concentração dos diversos setores da sociedade em busca de soluções de prevenção e mitigação. Bruno Latour (2017) justifica a sua preferência pela expressão “mutação climática” argumentando que tratar a situação atual como uma crise seria uma tentativa de nos convencermos de que o problema vai passar, de que “a crise em breve será coisa do passado”. Mas a recorrência dos eventos tem nos mostrado o contrário. Segundo o autor, “a única coisa que sabemos, é que não podemos mais contar as mesmas histórias”. Se não reservarmos um lugar central à questão do clima, não conseguiremos encontrar soluções para diminuir as desigualdades e melhorar as condições de habitação, de trabalho, enfim, de vida da população. A inundação, que alcançou a cota histórica de 5,37m desalojou cerca de 6.560 pessoas (aprox. 16,75% da população do Centro Histórico), correspondendo a 845 famílias moradoras e cerca de 1.500 edificações do bairro (ObservaPoA baseado em CNEFE/IBGE), entre as quais, o estoque significativo de bens de interesse cultural. O Centro, que já tinha sofrido um processo de abandono de unidades comerciais, devido à pandemia de

COVID 19, ficou vazio, inundado e às escuras. É possível afirmar que o quadro pós-enchente agrava os problemas que já vinham sendo observados na região central. Em Porto Alegre, como na maioria das cidades brasileiras, as tentativas de privatização de espaços e edifícios públicos seguem ameaçando a implantação de uma cidade mais democrática. Em 2021, o município instituiu o Programa de Reabilitação do Centro Histórico. Diante disso, um Relatório Técnico do IAB/RS apontou que o conteúdo do plano não apresenta elementos suficientes para um Programa, tendendo mais a se restringir a uma alteração substancial de Regime Urbanístico, e denunciou a ausência de dispositivos para a promoção de habitação de interesse social. Estudos recentes mostram que a adaptação de edificações vazias no Centro Histórico seria uma das respostas possíveis para a falta de moradia. Portanto, após a enchente que assolou a cidade, a questão que se apresenta é: como preservar e planejar os centros históricos diante dos desafios já existentes, somando-se a estes agora as mudanças climáticas?

O PAPEL DOS ESPECIALISTAS ENTRE PRESERVAR E PLANEJAR OS CENTROS HISTÓRICOS: ENTRE INTERFACES E ISOLAMENTOS

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

DAU/PPG.MDU - Universidade Federal de Pernambuco | natalia.vieira@ufpe.br

Há quando tempo falamos da necessidade de aproximar as reflexões e as ações de planejamento urbano e de preservação patrimonial? A década de 1970 assistiu à formulação e à popularização do conceito de conservação integrada ao planejamento urbano, especialmente através da Declaração de Amsterdã. A referência apenas à “conservação integrada” revela uma simplificação que parece não ter ocorrido apenas na forma de se referir ao conceito, mas também no quanto as chamadas “ações de conservação” se distanciam do planejamento urbano de nossas cidades. Um exemplo concreto da dissociação entre os campos do planejamento urbano e da preservação patrimonial pode ser observado nas estratégias de gestão do Bairro do Recife que envolve, em seu coração, a Comunidade do Pilar. A comunidade, que representa uma expressiva parcela da população inserida no bairro que é reconhecido como patrimônio cultural desde a década de 1990, reivindicou o seu reconhecimento como Zona Especial de Interesse Social, entendendo que apenas o instrumento do “interesse social” pode ser capaz de garantir o direito de permanência dessa comunidade em uma área que vem sendo profundamente alterada por grandes projetos, voltados especialmente ao turismo e lazer. Cabe então a reflexão: não deveria ser papel da preocupação preservacionista a manutenção dessa população residente e a busca por estratégias de justiça sócioespacial no Bairro do Recife? Se partirmos para um olhar de perspectiva nacional, observamos atualmente duas grandes ações sendo capitaneadas pelo IPHAN em parceria com várias universidades: o detalhamento das normativas de preservação dos sítios históricos tombados nacionalmente e o programa chamado “canteiro modelo”, com vistas a trabalhar a permanência de moradores socialmente frágeis em áreas de reconhecido

valor patrimonial. Durante o seminário Arquimemória, em novembro de 2024 em Salvador, tivemos, em paralelo, mesas redondas específicas sobre essas ações reunindo experiências em curso em diversas cidades brasileiras, com a proeminência dos especialistas do campo preservacionista na mesa sobre as ações voltadas às normatizações; e com grande presença de especialistas ligados a ações de planejamento participativo e de assistência técnica, na mesa sobre os “canteiros modelos”. Enquanto especialista do campo da preservação, entendo que essa baixa porosidade entre os campos de saberes e atuações tende a ser prejudicial ao alcance de resultados consistentes para a preservação de nossos centros históricos que, de forma coerente, estejam baseados no conceito ampliado de patrimônio cultural. Gostaria ainda de compartilhar a preocupação com excessivas polarizações que também tem afetado essa discussão e apartado pesquisadores que trabalham com a expertise projetual daqueles que tem se debruçado sobre metodologias de ações participativas, como se os dois saberes fossem quase que necessariamente excludentes. Como estamos agindo, enquanto formadores, para facilitação e estímulo a tais desejadas articulações?